



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**GABINETE DO VEREADOR ALCIR FONSECA**

Ao

Exmo. Sr. Vereador

**ALEXANDRE CRUZ**

M. D. Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, depois de observadas as formalidades legais, seja submetido ao Douto Plenário desta Egrégia Casa Legislativa, a seguinte proposição:

**PROJETO DE LEI:**

**“DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE AS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERTAREM SERVIÇO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO GRATUITO ATRAVÉS DE TELEFONIA FIXA OU MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**Art. 1º-** O serviço de atendimento telefônico das prestadoras de serviços públicos municipais determinados nesta lei terão como finalidade atender as demandas dos consumidores quanto à informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços através de ligação proveniente de telefones sejam eles fixos ou móveis de forma gratuita para o consumidor.

**Art. 2º-** Dentro do roll de serviços públicos municipais em Nova Friburgo, de acordo com as peculiaridades do município e as competências fixadas na legislação, podemos considerar para efeito de aplicação desta presente Lei os seguintes serviços que deverão oferecer o atendimento telefônico por 0800 através de telefone móvel:

**I -** Concessionária de Água e Esgoto – hoje sendo representada pela águas de Nova Friburgo;

**II -** Concessionária de Transporte Público – hoje representada pela FAOL;

**III -** Concessionária de Coleta de lixo – hoje representada pela EBMA.

**Art. 3º**- As prestadoras de serviços públicos no âmbito do município de Nova Friburgo, especificamente as citadas no artigo 2º desta lei, tem por obrigação, de ofertarem atendimento telefônico gratuito, o chamado 0800, bem como de que o acesso a este serviço possa ser feito também através de telefone móvel.

**Art. 4º**- As três empresas acima citadas no artigo 2º tem o prazo de 90 dias para implantação do serviço após publicação no Diário Oficial do município.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Dr. Jean Bazet, 08 de março de 2018.

**ALCIR FONSECA**  
**VEREADOR - PP**



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**GABINETE DO VEREADOR ALCIR FONSECA**

**JUSTIFICATIVA**

O Presente PROJETO DE LEI que **“DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE AS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERTAREM SERVIÇO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO GRATUITO ATRAVÉS DE TELEFONIA FIXA OU MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**, tem por importância e relevância, antes de mais nada considerando a competência que não só é facultada ao município, mas que é ainda sua obrigação:

Considerando que compete aos Municípios, nos termos do artigo 30, incisos I ao IX da Constituição Federal de 1988, as funções de: a) legislar sobre assuntos de interesse local; b) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; d) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; e) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; f) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; g) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; h) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; i) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

Considerando que como se observou no parágrafo anterior, em outras palavras quer dizer que, todo e qualquer tipo de serviço de interesse local e que não seja reservado à competência exclusiva da União e/ou dos Estados-membros, pode ser ofertado e prestado pelos municípios, direta ou indiretamente (através da administração pública direta ou indireta);

Considerando ainda que os serviços públicos que devem ser ofertados pelos municípios não possuem caráter definido e que estes variam de acordo com a realidade local de cada município;

Considerando que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 30 também versa sobre a competência do município de Nova Friburgo em consonância com a Constituição Federal, destacando ainda o artigo 38 que diz que:

“Art. 38 - Compete ao Município, executar diretamente ou por intermédio de autarquia ou empresa pública municipal ou através de concessão à iniciativa privada, os serviços de captação e distribuição de água potável, bem como o recolhimento e tratamento do esgoto sanitário, após a aprovação do Legislativo.”

Parágrafo Único - A empresa pública poderá executar ou administrar planos de construção de moradias populares para venda às famílias comprovadamente carentes.

Entendemos que os serviços públicos municipais de: Água e Esgoto, Coleta de Lixo e Transporte Público, hoje prestados no âmbito de nosso município por empresas privadas sob a forma de concessão, devem ser enquadrados na presente lei.

Ressaltamos ainda que a presente proposição é de extrema importância visto que as concessionárias enquadradas nesta lei não possuem atendimento 0800 ou quando possuem ele não pode ser feito através de telefone móvel. Ressaltamos ainda a grande dificuldade em encontrar telefones públicos em funcionamento no município.

Cabe destacar também que segundo dados da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, em janeiro de 2018 o Brasil registrava o número de 40,7 milhões de telefones fixos. Já os telefones móveis, também chamados de telefones celulares alcançaram a marca de 236 milhões. Ou seja, um número quase 6 vezes maior de celulares em relação à telefonia fixa. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/> Além disso, ainda segundo dados da Anatel, os terminais de uso público, conhecidos popularmente como orelhões somam somente 830.119 unidades em todo o país. Não é atoa que percebemos facilmente nas ruas como é cada vez mais difícil encontrar um orelhão, ainda mais um que funcione plenamente, ainda mais se considerarmos as áreas mais afastadas do Centro.

É comum e notório que as pessoas tem substituído o telefone fixo por celulares e é preciso que as concessionárias acompanhem essa evolução e ofertem tal serviço de forma gratuita também através do telefone móvel, já que esta é cada vez mais a única opção disponível para o consumidor.

Face ao exposto, a fim de que todos os Vereadores somem esforços, sirvo-me da presente proposição para submeter à apreciação do douto Plenário desta Casa, depois de observadas as formalidades regimentais, o incluso PROJETO DE LEI.

Sala Dr. Jean Bazet, 08 de março de 2018.

**ALCIR FONSECA**  
**VEREADOR – PP**